

Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico

Neoliberalism and political instability in Latin America: a historical-analytical look

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.6342> Daniel Alberto Perozo-Suárez¹
Vinícius Figueiredo Silva²

Resumo: A partir de uma abordagem histórica, este artigo examina como a implementação do neoliberalismo contribuiu para o agravamento da instabilidade política nos países latino-americanos, refletindo sobre as consequências desse modelo para o desenvolvimento socioeconômico e político da região. A análise está estruturada em três partes principais. Na primeira, é feita uma reflexão sobre as imposições de poder aos Estados latino-americanos e a conexão dessas imposições com o subdesenvolvimento, abordando o contexto histórico de desigualdade e dependência econômica que caracteriza muitos países da região. A segunda parte discute as origens e principais características do neoliberalismo, detalhando a ascensão do modelo a partir da década de 1970, suas bases teóricas e sua implementação, especialmente sob a influência de organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Por fim, a terceira parte apresenta as conclusões sobre as consequências das políticas neoliberais na América Latina, destacando o impacto negativo sobre a desigualdade social, a fragilização das instituições democráticas e o aumento da instabilidade política. Na primeira parte, recorre-se à História para abordar as imposições de poder aos Estados da região e sua conexão com o subdesenvolvimento. Na segunda, apresentam-se as origens do termo ‘neoliberalismo’ e suas principais características. Por último, compilam-se algumas conclusões a partir da experiência neoliberal na região.

Palavras-chave: História da América Latina, política, neoliberalismo, economia, desenvolvimento.

Abstract: This article, from a historical perspective, examines how the implementation of neoliberalism contributed to the worsening political instability in Latin American countries, reflecting on the consequences of this model for the socio-economic and political development of the region. The analysis is structured in three main parts. The first part reflects on the impositions of power on the Latin American states and their connection to underdevelopment, addressing the historical context of inequality and economic dependency that characterizes many countries in the region. The second part discusses the origins and key features of neoliberalism, detailing the rise of the model from the 1970s, its theoretical foundations, and its implementation, particularly under the influence of international financial institutions such as the IMF and the World Bank. Finally, the third part presents the conclusions regarding the consequences of neoliberal policies in Latin America, highlighting their negative impact on social inequality, the weakening of democratic institutions, and the increase in political instability.

Keywords: Latin American History, politics, neoliberalism, economy, development.

Artigo submetido em 11/12/2024. Aceito em 18/12/2024.

¹ Doutorando em Economia. Universidade de Brasília. Email: daniel.perozo@unb.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5207-769X>

² Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Email: vinicius.eco27@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4395-9353>

Introdução

A história da América Latina é imersa em experiências de colonialismo e violência, que marcaram profundamente o subcontinente. Desde os primeiros contatos com os colonizadores europeus, a região foi delimitada por um projeto eurocêntrico que buscava a modernização à custa de transformações brutais nas culturas e estruturas sociais locais.

Para sustentar tal legado, o sistema colonial envolveu a expulsão forçada dos povos indígenas de suas terras e crenças, a tentativa de erradicação das culturas africanas, o saque das riquezas naturais e a imposição de um sistema de desigualdade e opressão. Essas questões, originadas nesse contexto de exploração e subordinação, continuam a se ressignificar e a reverberar de maneira significativa na dinâmica histórica, política e social da América Latina.

De acordo com Quijano (2005, p. 117), dois processos históricos convergiram e se associaram na criação desse padrão de poder. O primeiro foi a "codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça", e o segundo, a "articulação de todas as formas históricas de controle sobre o trabalho, seus recursos e seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial". Esses processos deram origem a uma estrutura de exploração que perdurou ao longo dos séculos.

Foi dentro dessas condições que os conquistadores europeus, principalmente portugueses e espanhóis, chegaram ao continente americano, encontrando uma rica diversidade cultural e humana. Impondo sua força militar, eles executaram seus planos de exploração, que se caracterizaram por uma troca desbalanceada de riquezas materiais e espirituais. Essa dinâmica resultou em grandes sacrifícios humanos e na criação de leis que viabilizaram a extração do excedente econômico, sem levar em conta os direitos e as culturas dos povos originais (Furtado, 2007).

Não é por acaso que Eduardo Galeano, em seu célebre livro *Las venas abiertas de América Latina*, descreve a trajetória da região como uma imersão em um negócio europeu, que mais tarde passou a ser dominado pelas potências imperialistas estadunidenses. Para Galeano, o atraso da América Latina em relação aos países desenvolvidos não é uma casualidade, mas sim o resultado direto do legado colonial de exploração: "aqueles que ganharam só puderam ganhar porque nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do

capitalismo mundial" (Galeano, 2010, p. 18). Esse ponto de vista reflete a ideia de que a riqueza acumulada pelos países colonizadores foi, em grande parte, fruto da exploração e do saque das riquezas da América Latina, com consequências diretas para o desenvolvimento desigual das nações latino-americanas.

Essa perspectiva demonstra como o processo de colonização e de expropriação se entrelaçam com a configuração do subdesenvolvimento na região, que ainda carrega as marcas desse passado. Através dessa análise, o artigo busca explorar a relação entre o neoliberalismo e a instabilidade política na América Latina, abordando como a imposição de políticas neoliberais exacerbou as dificuldades históricas de desenvolvimento e reforçou um sistema de dependência que se reflete até os dias atuais.

1 Nasce uma história de novas imposições

Sob a influência dos ideais iluministas e das revoluções que ocorreram em outros países, como a Revolução Francesa (1789) e a Independência dos Estados Unidos (1776), a América Latina vivenciou, na primeira metade do século XIX, um período repleto de conflitos e tentativas de independência. Esses movimentos foram frequentemente marcados por desorganização e instabilidade, com os novos estados conquistando a independência, mas sem uma estrutura sólida para manter a unidade política e econômica.

Como aponta Furtado (2007), após o rompimento com as metrópoles, o poder nas novas repúblicas latino-americanas foi amplamente concentrado nas mãos das elites locais, especialmente os senhores de terra e a nascente burguesia urbana. A luta pela independência, em grande parte, refletiu a continuidade de lutas internas pela centralização do poder e pelo controle econômico e político, fatores que definiriam o futuro das nações latino-americanas.

Ainda nesse sentido, o termo "América Latina" surgiu nesse período como uma resposta à crescente influência anglo-saxônica sobre o continente, sendo utilizado para destacar as semelhanças culturais, históricas e linguísticas entre os países que compartilham uma herança latina. A expressão foi primeiramente empregada pelo chileno Francisco Bilbao, em 1856, ou, conforme alguns estudiosos, pelo colombiano José María Torres Caicedo no mesmo ano. O uso desse termo visava fortalecer a identidade comum dos países da América Latina frente à dominação cultural e política de potências como os Estados Unidos e o Reino Unido (Scheidt, 2007).

No entanto, a ausência de uma identidade nacional coesa transformou o processo de formação dos novos Estados latino-americanos em uma tarefa extremamente desafiadora. O período que se seguiu às lutas pela independência é frequentemente denominado pelos historiadores como a fase da anarquia, caracterizada pela instabilidade política e pela dificuldade em estabelecer ordenamentos estáveis.

A alternância entre ambientes liberais e conservadores complicou ainda mais a construção de um Estado sólido. As tentativas de instituir monarquias constitucionais e a busca por reconhecimento diplomático ratificaram um anseio por restaurar a ordem e a estabilidade que marcavam o período colonial, mesmo que isso implicasse a adoção de modelos políticos importados que frequentemente se mostraram ineficazes. O fenômeno do Caudilhismo, por exemplo, é frequentemente citado como uma manifestação da suposta incapacidade política das elites latino-americanas no século XIX, refletindo a fragilidade das instituições e a luta pelo poder entre diferentes facções da elite (Wasserman, 2000).

Dessa maneira, uma vez formalmente independentes, os países latino-americanos enfrentaram desafios significativos ao tentar reorganizar suas sociedades e estabelecer as bases de seus sistemas políticos. Além disso, precisaram consolidar economias que fossem capazes de sustentar o novo *status* político.

O contexto internacional, com a influência crescente dos Estados Unidos e das potências europeias, impôs um cenário de neocolonialismo, muitas vezes mascarado por discursos de proteção e de solidariedade. A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, e a política da "*big stick*" (grande porrete), do presidente Theodore Roosevelt no início do século XX, ilustraram a maneira como os Estados Unidos consolidaram seu domínio sobre a América Latina, sob a justificativa de proteger o continente da intervenção europeia, mas na prática, ampliando sua própria esfera de influência (Ayerbe, 2002).

Tal dominação, portanto, não se limitava à esfera política, mas se estendia para a esfera econômica e social, onde o imperialismo se manifestava na forma de controle das economias periféricas, em um processo que Marini (2005) descreveu como "subordinação", no qual os países da América Latina estavam condenados a reproduzir as desigualdades do capitalismo global. Esse controle externo teve profundas implicações para os países latino-americanos, que se viram pressionados a se alinhar com as potências imperialistas, ao mesmo tempo em que tentavam afirmar sua independência política.

No plano econômico, os países latino-americanos continuaram a ser produtores primários, com economias pouco diversificadas. No entanto, é válido mencionar que principalmente no período que se estende entre as duas grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria, houve tentativas por parte da maioria das nações da região com o apoio de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de levar a cabo projetos de substituição de importações e fortalecimento da indústria nacional.

Inspirada por uma perspectiva desenvolvimentista e influenciada por uma análise crítica das estruturas de dependência econômica, a CEPAL propôs uma nova visão para o crescimento da região, que se afastava do modelo tradicional de exportação de produtos primários e dependência de potências estrangeiras (Prebisch, 1949).

Dessa forma, a ideia central era promover a substituição de importações, ou seja, incentivar a produção interna de bens que antes eram importados, como forma de reduzir a dependência externa e estimular o crescimento econômico autônomo. Contudo, essa estratégia enfrentou desafios estruturais, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de investimentos e a pressão do capital externo, que ainda dominava o fluxo de comércio e finanças na região (Silva, 2017).

Ainda no século XX, em meio ao conflito ideológico e sob o aparato de experimentos neoliberais, esses esforços foram dissipados por governos autoritários que atuavam a serviço do interesse internacional. Em muitos países da região, esse cenário redundou em aumento da repressão aos trabalhadores e no desmantelamento do processo de industrialização perseguido por estes países no período anterior. O avanço de políticas neoliberais, com a abertura dos mercados e a diminuição da intervenção estatal, resultou no enfraquecimento das estratégias de desenvolvimento autônomo e na reabertura das economias latino-americanas ao capital estrangeiro, perpetuando, assim, as relações de dependência que a CEPAL procurava modificar.

2 O neoliberalismo

De acordo com Boas e Gans-Morse (2009), o termo *ordoliberalismo*³ ou *neoliberalismo* foi usado pela primeira vez na Escola de Economistas Alemães de

³ Ordoliberalismo é um termo equivalente ao neoliberalismo, mas é usado com mais frequência pelos membros da Escola de Freiberga, onde nasceu. Refere-se a um sistema econômico ideal, onde prevalece a ordem (*ordo* em Latim) sob a autonomia e falta de uma estrutura definida e ordenada do *laissez faire*.

Freiberga por volta do ano 1930, e descrevia uma filosofia moderada com relação à definição do liberalismo clássico. Apresentado como uma atualização do liberalismo clássico, carregava inicialmente valores humanistas e representava um terceiro caminho no sentido de equilibrar as propostas extremas que o seu antecessor e o comunismo simbolizavam no início do século XX.

Mesmo caracterizada pela influência do utilitarismo e do marginalismo, essa nova proposta distingue-se do liberalismo clássico, carregando arquétipos novos, de um tempo bastante diferente das teorias produzidas por John Locke e Adam Smith⁴. É possível ver parte da construção dos pressupostos originários do neoliberalismo no ensaio *Free Economy, Strong State*, escrito por Alexander Rüstow.

No texto, publicado em 1932, o sociólogo e economista alemão defendeu a necessidade de desvincular o liberalismo do *laissez faire*. Nesse sentido, a ideia inicial do neoliberalismo não se baseava na recusa à ação do Estado, e sim à defesa da liberdade de mercado. Foram dois pontos que nasceram separadamente, mas que foram fusionados anos depois como um mesmo argumento⁵.

Essa mudança de interpretação surge no trabalho *O Caminho da Servidão* de Friedrich August von Hayek, publicado em 1944. O grande esforço de Hayek era promover a estigmatização do Estado como interventor indesejável, tendo como fim desconstruir os paradigmas keynesianos, que ganharam muita popularidade e passaram a dominar a política econômica capitalista das décadas subsequentes.

Sua motivação em prol deste projeto, fez com que o economista austríaco reunisse um pequeno grupo de notáveis economistas e outros intelectuais para fundar a *Mont Pèlerin Society* (MPS) em 1947. Ao longo dos anos posteriores à sua criação, essa organização neoliberal produziu milhares de ensaios e livros e formulou teorias que sistematizaram o funcionamento e as virtudes do mercado⁶.

O esgotamento do modelo econômico do pós-guerra, ressoado na crise da década de 1970, foi uma oportunidade para o neoliberalismo, pois o mundo capitalista

⁴ Sobre esse ponto, ver: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. vol. 1-2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.; e LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

⁵ Maiores detalhes sobre a origem do termo neoliberalismo e a distinção da versão original com relação à versão moderna podem ser encontradas em: PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**. v. 13, p. 115-127, 1999; e PAULANI, Leda Maria. Economia e retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1, p. 3-22, 2006.

⁶ Para mais, ver PLEHWE, Dieter. Introduction. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009.

se encontrava em depressão, com altos índices de inflação e baixas taxas de crescimento. Dessa forma, a proposta ganhou credibilidade e passou a ser reputada como uma opção por parte dos líderes mundiais. Autores como o próprio Hayek e o precursor da escola monetarista, Milton Friedman, contrapunham-se ao poder delegado aos sindicatos. Acreditavam que essa associação de trabalhadores era prejudicial às engrenagens da acumulação capitalista (Anderson, 1995).

Durante o governo de Pinochet — que teve início com o golpe militar de 11 de setembro de 1973, o qual depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende — o neoliberalismo foi posto em prática de maneira radical, com reformas que visavam dissolver o papel do Estado na economia. Isso incluiu a promoção de privatizações em larga escala, o aumento da carga tributária sobre as camadas mais pobres e o conseqüente deterioramento das condições de vida da população, especialmente no que diz respeito aos serviços providenciados pelo Estado (Valle, 2013).

Para justificar essas medidas, seus defensores frequentemente buscavam romantizar a austeridade, utilizando o termo de maneira distorcida, obscurecendo os impactos adversos das reformas por meio de um discurso onde a lógica do mercado é vista como mais eficaz para promover crescimento e bem-estar do conjunto da sociedade

Em contraponto com essa visão de que o neoliberalismo se associa com a noção de Estado Mínimo, Saad-Filho (2011), argumenta que esse modelo opera em várias frentes, desde a organização da economia nacional até a criação de uma ideologia que justifique essas transformações, visando fortalecer as estruturas de poder existentes e garantir a perpetuação das desigualdades sociais. Assim, a ação estatal, longe de ser mínima, atua de forma incisiva para reestruturar a ordem social e econômica conforme os princípios do neoliberalismo:

Em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora (Saad-Filho, 2011, p. 6).

Neste contexto, o Estado é reorganizado e dinamizado em consonância com a ordem e as possibilidades da dinâmica dos processos de concentração e centralização,

compreendendo o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, operando em escala mundial (Ianni, 1997). Quanto ao emprego, o neoliberalismo chega ao ponto da transgressão de direitos fundamentais, com a precarização do trabalho e a transformação dos padrões de emprego.

Assim, uma característica marcante do neoliberalismo é seu poder de gerar retrocesso no que tange aos benefícios dos setores mais vulneráveis da sociedade. Muitos benefícios conquistados em anos de lutas acabam sendo abolidos rapidamente por meio de reformas trabalhistas e outros métodos de desajuste social (Soares, 2001). Uma amostra simbólica do retrocesso na conquista de direitos é a reforma previdenciária, que, em vários países, tem aumentado progressivamente o tempo de serviço exigido para a aposentadoria, enquanto diminui o valor das pensões, comprometendo a qualidade de vida dos trabalhadores.

As privatizações também formam parte do ideário neoliberal. O Estado, visto como uma espécie de gestor sobrecarregado contribui para a generalização da aceitação da privatização como uma solução plausível para as crises. No entanto, essa estratégia, além dos custos econômicos, acarreta também um custo político. Um exemplo disso pode ser observado na privatização de setores estratégicos, como a energia e o transporte público, que, embora promovam uma redução imediata nos gastos do governo, frequentemente resultam em aumentos de tarifas e na perda de controle sobre serviços essenciais para a população (Harvey, 2011).

De acordo com Cláudio Katz (2019), para os países latino-americanos, partícipes involuntários do capitalismo dependente, existem cinco grandes problemas que acirraram nossa vulnerabilidade sistêmica frente ao neoliberalismo: o forte grau de dependência nas exportações primárias, a fragilidade da indústria, o deterioro da renda pelo alto grau de exploração da força de trabalho, a financeirização das classes dominantes, e a persistência/agravamento da dívida (ocasionada pelos desequilíbrios fiscais e os déficits comerciais). Nesse sentido, as crises no contexto do capitalismo dependente da América Latina são particularmente graves, em decorrência da convergência de dois desequilíbrios: o interno e o externo.

O desequilíbrio interno deriva do baixo consumo local, dos baixos salários e da retração dos mercados internos. O desequilíbrio externo é dado pelos déficits comerciais e a saída de fundos ao exterior, das dificuldades de pagar a dívida, e dos desbalanços no

plano comercial que impactam o ciclo econômico (Katz, 2019). Em nenhuma hipótese, o neoliberalismo ajuda a resolver esses problemas, muito pelo contrário, os agrava.

Em síntese, o modelo neoliberal não resulta em outra coisa mais do que em uma nova imposição. Além disso, a disciplina que os nossos países devem adotar para melhorar o atingimento de metas, não precisa nem pode ter custos sociais tão altos. No exercício de aplicar a receita mágica para atingir um suposto sucesso econômico, são ignoradas as especificidades das nossas sociedades.

É importante lembrar que centro e periferia possuem trajetórias distintas no comércio mundial, tal qual já foi ensinado por Prebisch (1949). Existem problemas graves e mais urgentes a serem resolvidos como a pobreza, a educação e o acesso aos benefícios básicos, que não encontram solução nos remédios do neoliberalismo, mas que são considerados como prioridade, muito mais importante do que mostrar uma superficial imagem macroeconômica ‘saúdável’ baseada na austeridade (Escobar, 2007).

3 Neoliberalismo e a questão política

O neoliberalismo está intrinsecamente ligado à política. No entanto, nos sistemas neoliberais, a democracia é vista como um meio para alcançar um fim, uma vez que a democracia estabelecida pelos detentores do poder não reflete o que se espera de um Estado Constitucional. Em outras palavras, trata-se de uma democracia superficial, que não está voltada para o “desenvolvimento libertador do ser humano” (Valle, 2013, p. 281).

De fato, Hayek afirmou abertamente que a democracia jamais chegou a ser um valor central do neoliberalismo. Ao contrário, liberdade de mercado e democracia poderiam se tornar incompatíveis com facilidade, “se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” (Anderson, 1995, p.10).

Nesse sentido, a agenda neoliberal vinculou-se aos sistemas ditatoriais como a forma ideal de governo, que iria facilitar a implementação das medidas de liberalização econômica. No entanto, com o avanço dos ideais sociais e a consolidação da democracia, os antigos mecanismos de opressão baseados em sistemas ditatoriais perderam força na região, dando espaço à aplicação de assaltos ao poder usando os

sistemas democráticos como plataforma. Mesmo no contexto dessa mudança de estratégia, a história demonstra como o neoliberalismo foi colocado na agenda política regional como uma imposição, uma fórmula importada após supostos “casos de sucesso” no mundo.

A partir do momento em que o neoliberalismo passou a ocupar importante espaço em territórios como Reino Unido e Estados Unidos, esse ganhou força a nível mundial, e se apresentou como o plano de referência para as economias da América Latina. Dessa forma, a influência do modelo se intensificou a nível internacional e os governos da região se aderiram aos preceitos neoliberais, além de tudo, obrigados pela necessidade de obter financiamento externo.

Por esse ângulo, Bandeira (2002) destaca que a implementação dos pacotes neoliberais nas economias da América do Sul, trouxe consigo várias reações. Na Argentina, aconteceu a queda do governo de Fernando de la Rúa em 2002, o *default* e a suspensão do pagamento da dívida externa. No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu plano de estabilização monetária colaboraram para o aumento da dívida externa do país — que se duplicara em um ano; passando de US\$ 123,4 bilhões em 1990 para US\$ 235 bilhões em 2000.

Da mesma forma, no Uruguai, o déficit na balança de pagamentos passou de US\$ 580 milhões para US\$ 605 milhões. No Paraguai, a economia entrou em recessão a partir de 1996, o PIB caiu 0,6% em 1998 e 0,1% em 1999, o que agravou os problemas sociais. No Peru, o povo se levantou contra a privatização das empresas de energia elétrica EGASA e EGESUR. Na Bolívia, a inflação passou de 7.000% em 1985 a 3% em 1999; no entanto, a estabilidade macroeconômica não contribuiu para diminuir os níveis de pobreza da população (63% no ano 2000) (Bandeira, 2002).

Na Venezuela, houve já em 1989, um expressivo levante popular após o anúncio das medidas neoliberais apresentadas pelo presidente Carlos Andrés Pérez. Episódio trágico que deixou milhares de mortos e desaparecidos e agravou a situação política do país. Nos anos seguintes, a inflação superou os 100% (1996) e o petróleo (principal pauta de exportação do país) chegou a custar 9\$ por barril, o preço mais baixo em quase toda a história.

A partir dos fatos conexos descritos, é possível reconhecer as evidências da inviabilidade da aplicação do neoliberalismo no contexto da América Latina. As dificuldades orçamentárias e de balanço externo demonstram que, ao contrário do que

possa parecer desde o ponto de vista financeiro, a austeridade somente trouxe consequências negativas para as economias da região. Essas dificuldades vêm se arrastando ao longo das últimas décadas.

4 A insustentabilidade do modelo

A princípio, as demonstrações de descontentamento popular e a desestabilização das democracias regionais são a melhor prova da falta de sustentabilidade do modelo neoliberal. As medidas avançam paulatinamente e, ano após ano, vão estrangulando os setores mais vulneráveis. O que aparenta ser um clima de conformismo social, na verdade, esconde as contradições do sistema. Ademais, demonstra o divórcio entre os interesses do capital e os valores humanos (Ramos *et al.*, 2018). Não obstante, com o tempo surgem manifestações e revoltas populares, que buscam resgatar direitos perdidos e reivindicar a posição do ser humano perante o avanço do mercado.

O próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou um artigo em 2016, reconhecendo os problemas causados pelo neoliberalismo quanto ao aumento das desigualdades sociais, colocando em risco as possibilidades de uma expansão econômica duradoura (FMI, 2016). Quando o mesmo órgão que impôs as medidas do Consenso de Washington às economias regionais reconhece os impactos negativos do modelo, resulta inaudito pensar que alguns governos ainda veem medidas de restrição fiscal e austeridade como potenciais saídas às crises.

De acordo com Thomas Piketty (2014) a desigualdade tem efeitos indesejáveis para qualquer economia, e explica as principais limitações do capitalismo para encarar esse problema central. Ele pressupõe que as taxas de poupança dos países irão permanecer constantes, e que a relação entre poupança e crescimento irá ser mais evidente, supondo também uma continuidade na queda do crescimento do PIB, conforme apontam os dados recentes.

Assim, quem tem um patrimônio alto viverá dos seus rendimentos, enquanto o resto será cada vez mais pobre no futuro. A proposta para reverter esse cenário consiste na aplicação de políticas econômicas que abram espaço para a equidade, e que estejam voltadas ao fortalecimento da educação, da cultura, e das instituições democráticas.

Para Saad Filho (2011), o sistema neoliberal é estruturalmente instável em cinco níveis:

- i. No crescente peso das finanças na economia;
- ii. Na vulnerabilidade do mercado de créditos;
- iii. Na insustentabilidade de transferências de recursos financeiros transacionáveis;
- iv. Na denominada estabilidade macroeconômica;
- v. Na perda de capacidade institucional na avaliação de riscos.

Muitas dessas fraquezas são reconhecíveis nas economias da América Latina. No entanto, as perguntas que surgem são: Por que, se tudo parecia estar tão bem, o modelo neoliberal não funcionou no Chile? O que se pode concluir sobre o que sabemos até agora?

O fato de que o aumento das passagens do serviço de metrô tenha causado uma explosão social como a de 2019, pode chegar a parecer um pouco exagerado aos olhos dos espectadores internacionais. Porém, não se deve perder de vista que essa reação não obedeceu a um evento isolado, ela foi a gota d'água de uma série de fatos dentro de um esquema sistemático de estrangulamento da sociedade chilena. Atualmente, a educação gratuita é garantida só para uma parcela da população, o resto dos estudantes deve pagar pelo serviço de entes privados, o que na maioria dos casos inclui planos de financiamento.

O sistema se encontra segregado, com uma educação para ricos e outra para os pobres. Além disso, não é possível receber atendimento no sistema de saúde do Chile caso não se conte com um plano de saúde. Existe uma alta dependência no preço do cobre, com 71% da exploração em mãos de empresas estrangeiras. O sistema de aposentadoria é unicamente e por meio de previdência privada, e metade dos aposentados recebe menos de R\$700,00 por mês. O salário médio é baixo no Chile, com relação ao alto custo de vida; o trabalho é precário, com jornadas que, às vezes, se estendem até as 45 horas semanais. O serviço de água é completamente privado, mesmo assim as tarifas de água e energia são altas, e a qualidade do serviço não é a melhor.

A todos esses fatos se soma o aumento do ticket de metrô, que afetou a camada da população mais pobre, a qual usa esse meio de transporte com mais frequência. Só depois de uma série de protestos de grandes dimensões, as medidas foram ajustadas e

hoje o país busca, por fim, mudar a sua Constituição, uma herança do período ditatorial. Existe muita expectativa sobre as mudanças que possam ser geradas a partir desse processo, pois não existe uma maioria absoluta que permita fazer prognósticos seguros.

No Brasil, houve uma clara demonstração de intervenção com a queda de Dilma Rousseff, em 2016. O caso se assemelha ao de João Goulart em 1964, e o de muitos outros na região comandados pela Agência Central de Informação (CIA) dentro e fora do contexto da Guerra Fria. Aqui podemos destacar os casos de Alfredo González Flores na Costa Rica (1917) e Rafael Ángel Calderón (1948), bem como o golpe de Estado no Paraguai (1954) contra Federico Chávez Careaga e no mesmo ano na Guatemala.

Da mesma forma, a ação contra Juan José Torres na Bolívia, em 1971, e Evo Morales, em 2019, e os golpes contra Salvador Allende no Chile (1973), e Isabel Perón na Argentina (1976). Também podemos pontuar a morte do ditador Rafael Trujillo, em 1961, na República Dominicana e o golpe contra Juan Bosch, em 1963. Da mesma maneira, ocorreu forte apoio à guerra civil em El Salvador durante anos promovida pela *United Fruit Company* e a morte do líder Farabundo Martí e, anos depois, a perseguição e morte do sacerdote Oscar Arnulfo Romero, além de muitas outras intervenções que fariam essa lista interminável.

Assim, o plano de desestabilização política aplicado para manter a América Latina dominada segue o que parece ser um mesmo padrão. Um passado e presente de governos ditatoriais, desaparecimentos e, no geral, graves consequências institucionais, políticas e de direitos humanos. Esses fatos são inseparáveis da imposição do neoliberalismo na região, sempre a conveniência dos interesses comerciais do imperialismo estadunidense. Em resumo, o neoliberalismo:

[...] é muito mais do que um simples conjunto de ideias sobre livre mercado. É um projeto político que visa não só reduzir o poder do Estado, mas de forma mais concreta, minar os esforços de qualquer ator coletivo (sejam eles Estados, representações sindicais ou partidos políticos) que interferem com os interesses das corporações. Esse projeto para alterar o balanço do poder é a chave da sua resiliência (Madariaga, 2021).

Diante desse contexto, surgem os profetas da desesperança, que nessas horas se expressam com desilusão sobre os resultados do que chamam de mais uma década perdida (2010-2020) para os países da região. Em destaque merecido (e tom mais dramático) para a chamada tragédia brasileira (Barbosa, 2020). Dessa forma, os efeitos

do neoliberalismo se tornam cada vez mais claros. A pandemia do Covid-19 impactou um mundo desarticulado, uma economia global estagnada e uma liderança ocidental despreparada e incapaz:

Rapidamente, evidenciou-se que o neoliberalismo havia esvaziado, fragmentado e privatizado parcialmente os sistemas de saúde em vários países. Também criou uma classe trabalhadora precária e empobrecida, altamente vulnerável tanto às interrupções de seus rendimentos, quanto aos problemas de saúde por falta de poupança, moradia precária, nutrição inadequada e padrões de trabalho incompatíveis com uma vida saudável (Saad Filho, 2020).

Eis o impacto mais marcante do resultado da aplicação de receitas para salvaguardar a estabilidade do mercado: a vida humana passa a um segundo plano e é desvalorizada, em função do que realmente importa: que é controlar o desemprego, e garantir o crescimento. Até parece necessário lembrar que são seres humanos os que movimentam e dão sentido à economia.

5 Algumas conclusões sobre a experiência neoliberal na América Latina

Com base nas considerações anteriores, podemos estabelecer uma relação entre a política e o neoliberalismo, o que nos permite avançar para algumas conclusões sobre a dinâmica neoliberal na América Latina. Em primeiro lugar, o neoliberalismo enfraquece a democracia e a soberania nacional ao priorizar os interesses do mercado em detrimento das necessidades da população, desconsiderando princípios fundamentais, como a soberania nacional e a promoção do bem-estar social. Essa abordagem, ao conferir maior poder aos agentes econômicos privados e reduzir o papel do Estado, impede que os governos atendam de maneira eficaz às demandas da sociedade, o que resulta em uma crescente desigualdade social e uma dependência cada vez maior de potências externas. Como consequência, estabelece-se um sistema de dominação política consolidado, sustentado principalmente pelo poder econômico das grandes empresas dos países imperialistas, além de um processo contínuo de transculturação, mediado pelos mecanismos de mercado.

Em segundo lugar, perseguir o caminho do desenvolvimento nos moldes propostos por teóricos como Rostow (1961), que defendem a imitação do modelo dos países avançados, é inviável dentro de esquemas de dominação, especialmente sob a ótica do neoliberalismo. Esse tipo de abordagem etapista ignora as condições estruturais e históricas únicas dos países em desenvolvimento, especialmente em regiões

subordinadas ao poder econômico e político externo. Ao tentar replicar o arquétipo de desenvolvimento dos países ricos, sem levar em conta as desigualdades e dependências impostas pelas potências globais, se despreza as especificidades locais e perpetua a sujeição das economias periféricas, tornando os esforços de desenvolvimento fadados ao fracasso.

Um exemplo disso é que em muitos países da América Latina, as políticas econômicas que buscam atrair investimentos estrangeiros frequentemente resultam em uma dependência excessiva de mercados externos, o que limita a autonomia econômica e impede o crescimento sustentável. Embora esses países possam apresentar resultados positivos a curto prazo, como aumento das exportações ou redução da inflação, esses avanços frequentemente não se sustentam, como ocorreu com a desindustrialização em diversas nações da região.

No Brasil, a abertura econômica implementada na década de 1990, como parte das reformas neoliberais, resultou em sérias consequências para a indústria nacional. A redução das barreiras comerciais e a liberalização do mercado promovidas pelo governo trouxeram, como efeito imediato, a perda de competitividade de várias indústrias locais, forçando a transferência da produção para outros países e provocando a destruição de milhares de empregos. Esse processo, além de ter sido desprovido de uma base sólida de soberania econômica, revelou-se insustentável a longo prazo, pois não levou em conta as particularidades estruturais do país nem as necessidades da população. Historicamente, vemos que esforços desse tipo, baseados exclusivamente na integração ao mercado global sem a construção de uma autonomia econômica real, tendem a gerar dependência externa e fragilizar a capacidade do Estado de formular políticas de desenvolvimento.

Também não podemos nos esquecer de que parte importante do “sucesso” do neoliberalismo consiste em manter a população dominada em condições de pobreza, com baixos índices educacionais, e com uma forte dependência tecnológica. Consequentemente, essas economias não só têm sua capacidade de inovação e crescimento restringida, mas também sofrem as duras consequências de sua subordinação nas decisões geopolíticas, sendo vulneráveis à volatilidade dos mercados internacionais e ao domínio das potências econômicas que controlam as cadeias de valor globais.

Terceiro, a aplicabilidade via imposição dos preceitos do neoliberalismo tem se alterado nas últimas décadas. O que se vê são métodos aparentemente menos radicais do ponto de vista político. A terapia de choque parece ter ficado para trás, pelo menos no âmbito do conhecimento quase-público. As ditaduras tipicamente subsequentes a processos de intervenção no passado parecem estar em pouca proporção no livreto, dados os avanços dos valores democráticos nas sociedades da era recente e da nova estratégia baseada no *liaison* democracia-neoliberalismo. Mesmo assim, a vulnerabilidade da democracia continua sendo um problema, pois ainda é relativamente fácil intervir nos sistemas democráticos da região, o que normalmente acaba mudando o rumo político dos países, com exceções como a eleição de Luis Arce na Bolívia em 2020.

Quarto, o neoliberalismo está em crise e dá sinais de enfraquecimento⁷. A própria entidade promotora da aplicação do modelo na América Latina já reconheceu seus impactos negativos pela ampliação das brechas de desigualdade que afetam as nossas sociedades e como isso pode ser contraproducente para os interesses norte-americanos na região. Sem cair em ilusionismos simplistas, o que parece ser uma intenção de repensar a abordagem a ser aplicada nos nossos países se manifesta como um potencial caminho para definir, ainda que no longo prazo, um novo modelo de desenvolvimento, ou como mínimo, são sinais de uma mudança de estratégia diante da falta de resultados positivos do neoliberalismo após décadas de implementação forçada.

Quinto, ainda associado à crise do neoliberalismo, está a sua crescente impopularidade, demonstrada pelos resultados eleitorais na região, o que tende a criar um ambiente de possibilidades para o resgate da integração regional. Por este ângulo, arriscamos citar a quebra da tradição histórica da direita no México, com a eleição de Andrés Manuel López Obrador em 2018 para a presidência do país. Em direção parecida podemos sublinhar o resultado polarizado das eleições no Peru em junho de 2021 e os protestos contra a reforma impositiva na Colômbia (país de grande relevância estratégica por sua condição sectária ao imperialismo estadunidense). Outrossim, foi a vitória nas urnas do ex-líder estudantil e deputado Gabriel Boric, que desde o início da

⁷ Para os mais céticos, o neoliberalismo não está morrendo, mas em fase de transformação. Ver MADARIAGA (2021): Neoliberalism has always been a threat to Democracy; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique (2014). A crise do Neoliberalismo e FORIGO, M. V. (2003): Crise do Estado de bem-estar social e neoliberalismo.

campanha eleitoral do país mapuche declarou categoricamente: “*Si Chile fue la cuna del neoliberalismo, también será su tumba*”.

Sexto, o neoliberalismo delonga e aprofunda eventuais crises e choques na economia, ao dismantelar serviços essenciais para a população em situações conjunturais como na recente pandemia. Se por um lado não podemos delegar diretamente a crise sanitária ao neoliberalismo, indiretamente padecemos com suas consequências — uma vez que refletem a condição de sistemas de saúde dependentes da rentabilidade financeira e de nossas sociedades profundamente desiguais.

Sétimo, a junção dos elementos anteriores somado com o descontentamento dos trabalhadores em relação aos efeitos do neoliberalismo, parece configurar um panorama esperançoso para uma possível transição reformista, voltada a uma maior atenção às necessidades básicas das nossas sociedades. Ainda nesse sentido, o eventual sucesso dessa possibilidade vai depender de dois pontos que se vislumbram como fundamentais: a) A união das organizações de esquerda nos diferentes países da região. A fragmentação dessas organizações e a falta de coesão em segundas voltas eleitorais já resultaram em reveses eleitorais no Brasil e mais recentemente no Equador. A nova Constituição chilena também vai ser o resultado do trabalho unificado ou não das diversas organizações progressistas que ganharam posições na eleição da constituinte; b) A atenção a novas ferramentas de manipulação da informação, coleção de dados e formulação de campanhas eleitorais baseadas em elementos comportamentais e de definição de preferências, dentro do marco do capitalismo de vigilância. Em tempos no qual o fluxo de dados coletado em meios digitais e redes sociais atingiram níveis inimagináveis, é possível perceber os resultados do uso e desuso da informação pessoal.

A vitória eleitoral de Trump em 2017 (incluindo atos como o assalto ao Capitólio em 2021 e sua reeleição em 2024) e a de Bolsonaro em 2018, *paripasu* ao impacto gerado no emocional coletivo via plataformas de comunicação digital, são uma clara demonstração do perigoso poder da informação. A campanha permanente de descrédito e desinformação é uma ferramenta muito poderosa, especialmente diante da generalizada falta de conhecimento sobre a realidade atual.

Por outro lado, a China tem desempenhado um papel crescente na América Latina, oferecendo uma alternativa ao domínio tradicional dos Estados Unidos e da Europa, mas que também pode resultar em uma nova forma de “suserania” econômica, substituindo a dominação das potências ocidentais por outro tipo de controle externo.

Esse ponto é de extrema importância para a definição do destino político da região, assim como para os novos desafios que precisam ser enfrentados nos próximos anos, especialmente no que se refere aos efeitos prejudiciais do neoliberalismo.

Referências

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BARBOSA, Fernando de Holanda. A tragédia brasileira. **Conjuntura Econômica**, v. 74, n. 01, jan. 2020.

BOAS, Taylor; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: from new liberal philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in International Comparative Development**, v. 44, p. 137-161, 2009.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Boitempo Editorial, 2014. 365 p.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. 1ed. Caracas: Editorial el Perro y la Rana, 2007. 423 p.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL — FMI. Neoliberalism: Oversold? **Finance & Development**. v. 53, n. 2. jun. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso: 17 fev. 2022.

FORIGO, Marlus Vinicius. Crise do estado de bem-estar social e neoliberalismo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v.1, n. 3, p. 51-62, 2003.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ta Ed. São Paulo, SP: Nacional, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2011.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KATZ, Claudio. Actualización o veneración de la Teoría de la Dependencia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 53, maio-ago. 2019.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MADARIAGA, Aldo. Neoliberalism has always been a threat to democracy. **Jacobin**. fev. 2021. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2021/06/neoliberalism-democracy-populist-right>. Acesso: 16 dez. 2021.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**. Vol. 13, pp. 115-127, 1999.

PAULANI, Leda Maria. Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1, p. 3-22, 2006.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Harvard University Press, 2014. 685 p.

PLEHWE, Dieter. Introduction. *In*: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 3, No. 3, 1949.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Carmen; ALVAR GONZÁLEZ, Mercedes; MORENO, Blanca. Factores determinantes de la reducción de la desigualdad en la distribución de la renta en países de América Latina. **Revista CEPAL**, n. 126, Diciembre 2018.

ROSTOW, Walt Whilt. Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1961.

SAAD FILHO, Alfredo. Coronavírus, crise e fim do neoliberalismo. **A Terra é redonda**. 26 de junho de 2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/coronavirus-crise-neoliberalismo/?doing_wp_cron=1623805916.5084400177001953125000. Acesso: 16 fev. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n. 3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

SCHEIDT, Eduardo. Representações de América no pensamento de Francisco Bilbao. **Dimensões**, Vitória: NPIH/Ufes, n. 19, p. 27-47, 2007.

SILVA, Vinícius Figueiredo. **A problemática do desenvolvimento revista: industrialização e neoestruturalismo da CEPAL**. Dissertação (Mestrado), Campinas: IE/Unicamp, São Paulo, 2017.

SMITH, Adam. **Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1-2.

SOARES, Laura. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VALLE, Luísa de Pinho. Algumas considerações sobre educação, políticas públicas e os desafios da globalização. Em **Direito Vivo: leituras sobre constitucionalismo, construção social e educação a partir do Direito Achado na Rua**, Alexandre Bernardino Costa (org.), v. I, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 390 p.

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 177-214.